



ACÓRDÃO Nº638/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11478/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Fundo de Previdência Social – MARAAPREV
- 5- **Exercício:** 2017
- 6- **Responsável:** Benedito de Oliveira Júnior (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3980/2018-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Social – MARAAPREV. Exercício de 2017.

Revelia. Irregularidade. Multa.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel o Sr. Benedito de Oliveira Júnior, Diretor Executivo** do Fundo de Previdência Social de Marã – MARAAPREV, nos termos do art. 20, §4º, da lei n.º 2423/96 c/c o art. 88 da Resolução n.º 4/02 (RITCE/AM);
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Fundo de Previdência Social de Marã – MARAAPREV, referente ao exercício de 2017, sob responsabilidade do **Sr. Benedito de Oliveira Júnior**, Diretor Executivo, à época, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alínea “b”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96, em razão das falhas apontadas na fundamentação do voto; e
- 10.3. **Aplicar Multa** ao **Sr. Benedito de Oliveira Júnior**, Diretor Executivo do Fundo de Previdência Social do Município de Marã - MARAAPREV, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 54, II da lei n.º 2.423/96 c/c art. 308, VI da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução n.º 25/2012-TCE/AM, pelos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária,



ACÓRDÃO Nº638/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

operacional e patrimonial constantes nos itens de 1 a 10 apontados pela DICAMI e não sanados, todos constantes da fundamentação do voto, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. Caso expirado o referido prazo, fica a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

11- Ata: 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Outubro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Erico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro Relator

JOAO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral